

ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 15-7-2019.

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, André Carús, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista e Paulo Brum. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Dr. Goulart, Dr. Marcelo Rocha, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Paulinho Motorista, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, iniciando-se o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do Dia do Motorista, nos termos do Requerimento nº 070/19 (Processo nº 0267/19), de autoria de Paulinho Motorista. Compuseram a Mesa: Mônica Leal e Mendes Ribeiro, presidindo os trabalhos; Sérgio Vieira, Presidente da Associação Única dos Rodoviários Aposentados; Adair da Silva, Sandro Abbade, Emerson Dutra, Itamar da Silva Constante e Eder Meleo, respectivamente Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes e Diretores de Base do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Porto Alegre. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Paulinho Motorista, como proponente, e Mônica Leal. Em continuidade, a Presidente concedeu a palavra a Sérgio Vieira, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e um minutos às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Idenir Cecchim, Adeli Sell, em tempo cedido por Marcelo Sgarbossa, André Carús, em tempo cedido por Mauro Zacher, e Cláudio Janta, em tempo cedido por Roberto Robaina. Na oportunidade, por solicitação de Hamilton Sossmeier e Karen Santos, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma, respectivamente, a Pablo Yago Radaeli e a José Araújo. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Ricardo Gomes, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Janta e Ricardo Gomes. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia quinze ao dia dezoito de julho do corrente, tendo a Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Dr. Marcelo Rocha, informando-o que integraria a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta e sete minutos às dezesseis horas e nove minutos. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Mônica Leal. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se André Carús, Airto

Ferronato e Cassio Trogildo. A seguir, foi apregoado o Ofício nº 587/19, do Prefeito, comunicando que se ausentaria do Município do dia doze ao dia vinte e um de julho do corrente, para participar do Programa Internacional para Líderes Públicos, nos Estados Unidos da América. Às dezesseis horas e vinte e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 071/19 (Processo nº 0269/19), por dezessete votos SIM e onze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Prof. Alex Fraga, tendo votado Sim Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Cláudio Janta, Dr. Marcelo Rocha, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista e Prof. Alex Fraga. Em Votação, foram aprovados os Requerimentos nºs 064 e 074/19 (Processos nºs 0248 e 0284/19, respectivamente). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 020/18 (Processo nº 1267/18), por vinte e sete votos SIM, após ser encaminhado à votação por João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Airto Ferronato, Lourdes Sprenger e Reginaldo Pujol, em votação nominal solicitada por Lourdes Sprenger, tendo votado Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Dr. Marcelo Rocha, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 115/19 (Processo nº 0245/19), o qual, após ser encaminhado à votação por Ricardo Gomes, Mauro Pinheiro, Engº Comassetto, Prof. Alex Fraga, Mauro Zacher, Airto Ferronato e Cassio Trogildo, teve sua votação adiada por duas sessões, a Requerimento, aprovado, de autoria de Ricardo Gomes. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Cassio Trogildo e Engº Comassetto, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Às dezessete horas e trinta e um minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Cláudio Janta, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/19 e os Projetos de Resolução nºs 007 e 021/19; em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 167/18 e 090/19 e os Projetos de Lei do Executivo nºs 007, 008 e 009/19. Durante a sessão, Cassio Trogildo manifestou-se acerca de assuntos diversos. Às dezessete horas e trinta e dois minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Mônica Leal, Mendes Ribeiro, Reginaldo Pujol e

Ricardo Gomes e secretariados por Alvoní Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Paulinho Motorista. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do Dia do Motorista, nos termos do Requerimento nº 070/19, de autoria do Ver. Paulinho Motorista.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Sérgio Vieira, Presidente da Associação Única dos Rodoviários Aposentados; o Sr. Adair da Silva, presidente do Sindicato dos Rodoviários; o Sr. Sandro Abbade, 1º vice-presidente do Sindicato dos Rodoviários; Sr. Emerson Dutra, 2º vice-presidente do Sindicato dos Rodoviários; Sr. Itamar da Silva Constante, diretor de base do Sindicato dos Rodoviários; Sr. Eder Meleo, diretor de base do Sindicato dos Rodoviários.

O Ver. Paulinho Motorista, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu venho aqui hoje para fazer esta homenagem ao Dia do Motorista, que é no dia 25 de julho, como a Câmara estará em recesso, eu aproveitei para adiantar esta homenagem. Esta homenagem é devido aos meus colegas motoristas, rodoviários, porque, como eu sempre digo e que me orgulho muito, são 24 anos de profissão como motorista de ônibus. Quando sou chamado na rua de Paulinho Motorista, é meu maior orgulho. Foram 24 anos trabalhando, fazendo amizade no trânsito, fazendo amizade com os passageiros, com a população. Quero deixar um abraço ao Mário, que está presente; ao Serginho Fagundes, também motorista, trabalha comigo; e aos demais motoristas de Porto Alegre.

Hoje se torna difícil trazer muita gente aqui, Ver. Cláudio Janta, devido o pessoal estar trabalhando, é um horário em que o pessoal está na correria e não dá para sair. É uma profissão que, no dia a dia, é sofrida, a qualquer segundo pode acontecer algum acidente, e já atrapalha a vida do motorista. Não é fácil, muita gente pensa que é fácil ser motorista, no dia a dia, ter que lidar com muitas coisas, com este trânsito

caótico, difícil de fazer o horário. O cara é cobrado para fazer o horário, mas é muito difícil, os horários de retorno não têm como fazer, o cara até tenta, mas, devido ao trânsito, não dá. Ele também tem que ter o cuidado para que não aconteça acidente, tanto dentro do coletivo como fora. Então é uma profissão sofrida, fiquei por 24 anos, do que me orgulho bastante, mas para mim é uma imensa alegria, Sérgio, fazer esta homenagem, porque vocês sabem que eu me sinto motorista até hoje. A coisa mais incrível é quando a gente está junto, conversando, Mário, trocando ideia, lembrando e relembando de coisas que passamos juntos, jamais vou esquecer da minha categoria de onde vim, jamais, vou sempre lutar a favor, vou sempre estar presente, à frente desta batalha, como eu tenho sido aqui na Câmara.

Também aproveito para falar dos meus cobradores. Para nós, motoristas, fazermos um bom trabalho durante a jornada do dia, precisamos bastante dos cobradores para nos auxiliar. Nem vou entrar em detalhe hoje, mas temos tido uma luta para que não sejam retirados os cobradores em Porto Alegre, porque o motorista necessita muito do cobrador, pois o cobrador não serve só para cobrar passagem, ele auxilia o motorista em várias coisas. Vamos lutar até o fim para que esses 3.600 cobradores de Porto Alegre, talvez tenha um pouco mais, não percam seus empregos. Voltando aos motoristas, chegou aqui meu amigo Sérgio, motorista da linha Belém – prazer Sérgio, grande figura que me deu altas forças, quando entrei em 1988, ele já era motorista, sempre me dando apoio, obrigado. Falando no Sérgio, da Trevo, nos encontramos em 1988, não é Sérgio? O Sérgio já é bem mais experiente que eu também, mas temos amizade até hoje, graças a Deus, e assim continuaremos sempre.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Cláudio Janta (SD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Paulinho Motorista, é uma justa homenagem que o senhor faz a esses membros da cidade de Porto Alegre, que trabalham no dia a dia levando os trabalhadores do comércio, vigilantes, metalúrgicos, o pessoal que trabalha na área de serviços, trabalhadores desempregados, estudantes, pessoas com deficiência. Queria saudar o Sérgio, o Adair, o Abbade, o Tropeço, o Balinha, a todos por estarem aqui hoje, vocês que representam esses trabalhadores. Agora ainda tem uma proposta a esses trabalhadores para, além de dirigirem os ônibus nesse trânsito caótico da nossa cidade, trabalhadores que muitas vezes, no final do dia, são assaltados, ameaçados não somente nas vilas de Porto Alegre, até nas avenidas, xingados, também serem o cobrador de ônibus, serem o segundo tripulante, ficarem auxiliando as pessoas, idosos, que é uma população muito grande na nossa cidade, pessoas com deficiências, estudantes, auxiliando essas pessoas no sobe e desce nos ônibus, além de fazer a função de cobrador, dar o troco, porque é obrigatório, pela lei federal brasileira – a não ser que o Presidente Bolsonaro mude – aceitar dinheiro. Não é obrigado a aceitar cartão, não é obrigado a aceitar cheque, agora, dinheiro é obrigatório. É utopia dizer que a máquina irá substituir os cobradores, é utopia dizer que a máquina irá substituir os motoristas de ônibus, que muitas vezes resolvem as coisas, porque trazem um coração no seu peito e

sabem as necessidades que as pessoas passam no seu dia a dia. Quero dizer que é justa esta homenagem que se faz hoje aqui a essas pessoas que transportam a população de Porto Alegre, levando as boas notícias e as nem tão boas assim, muitas vezes, as pessoas estão dentro de um ônibus indo levar alguém no médico, indo visitar alguém no hospital, indo até num velório, mas eles estão ali, parando nas paradas, fazendo um agrado, trazendo um conforto, como o senhor faz, o senhor é um exemplo disso aqui nesta Casa com os colegas e no dia a dia. Vida longa aos motoristas e aos cobradores de Porto Alegre. Nós estamos com um abaixo-assinado no Centro para manter a profissão de cobrador em Porto Alegre. Vimos que isso funciona, fizemos abaixo-assinado para abrir os postos de saúde até as 24h, alcançamos êxito. Fizemos abaixo-assinado para implementar escola de tempo integral, alcançamos êxito, então nós acreditamos na força da união do povo desta cidade. Vida longa aos motoristas de Porto Alegre e ao senhor também, Paulinho Motorista! Um abraço.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ver. Paulinho Motorista, meu dileto amigo, pessoa íntegra, que tem demonstrado com a sua humildade a força da representação dessa categoria, leva no nome: Paulinho Motorista. Quero te cumprimentar por esta iniciativa. Na extensão de Mesa, quero cumprimentar os motoristas já nominados, porque é muito importante, Ver. Paulinho, que a Câmara faça esse registro do transcurso do Dia do Motorista. Acho que muito da tua fala aqui é endossada por todos nós, uma profissão árdua, acorda cedo, dorme tarde. Questão de um mês e meio atrás, eu participei, Presidente, do lançamento de uma delegacia de polícia especializada em furtos ao transporte coletivo. Olha só, a Polícia Civil teve que organizar uma inteligência para combater o crime dentro da estrutura do transporte público organizado. E vocês, no caso, estão ali na ponta, prestando um serviço, levando as pessoas, muitas vezes, para o seu trabalho, sujeitos a alguma situação de violência. Eu conversava com o Paulinho – pela nossa amizade, não é Paulinho? – das situações que, às vezes, ocorrem com o motorista, de um passageiro que quer descer sem pagar a passagem, enfim. Mas a gente também quer aqui, falo na condição de líder da bancada do meu partido, te cumprimentar, cumprimentar a todos os motoristas e todos que, de uma forma ou de outra, fazem o dia a dia do transporte, do servir do ir e vir por meio dessa profissão que tem todo o nosso reconhecimento e respeito. Cumprimentos, obrigado.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero cumprimentar a todos em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores e dizer que nós também assinamos embaixo daquilo que o Janta colocou aqui, especialmente a questão da demanda dos motoristas e dos cobradores. Paulinho, nós estamos juntos na mesma peleia, isso para nós é um fio condutor na defesa do serviço de qualidade, porque o transporte é um de serviço público e como tal nós temos que trabalhar. A maioria das pessoas se desloca na Região Metropolitana por transporte coletivo de passageiros,

quando que gente vê debates no rádio e na televisão, a cidade está trancada, não é por causa dos ônibus, os ônibus levam muitas pessoas, são os carros que levam, na média, menos de duas pessoas. Muita batalha, contem conosco, Paulinho, sindicato, aposentados.... Normalmente as pessoas se esquecem de que a pessoa trabalhou um tempo e se aposenta, não querem mais que a gente se aposente, mas nós vamos teimar em ter uma velhice digna, por isso nós estamos juntos na mesma peleia, contem conosco. Obrigado pela homenagem, Paulinho Motorista, nosso guia, nosso condutor!

Vereador Engº Comassetto (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu o conheci nos ônibus de Belém e o senhor trouxe a esta Casa, no seu papel de vereador, a mesma postura de dedicação e de simplicidade. Quero fazer esse registro e dizer que a nossa luta aqui é constante por um serviço público, por um transporte público de qualidade, e, com certeza, isso não depende da postura e da dedicação dos motoristas, isso depende de nós qualificarmos todo dia o transporte público, porque, com a degradação que acontece no transporte público, aumenta o número de carros na rua, e isso dificulta o trânsito e ocasiona um transtorno. Nós gostaríamos que a população toda andasse no transporte público, seja nos ônibus, seja nos veículos leves sobre trilhos e assim por diante. Então, aqui, quero deixar um abraço e ressaltar que nessa luta pela qualificação do transporte público de Porto Alegre nos tenha como aliados de primeira mão. Um grande abraço, vida longa aos motoristas! Muito obrigado.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Muito obrigado, Ver. Engº Comassetto. Continuando, eu quero, mais uma vez, dedicar esta homenagem a todos os motoristas que estão aqui e aos que estão fora, talvez assistindo, muitos estão trabalhando, mas vão saber que fizemos esta homenagem. Hoje é um dia muito feliz por ter aqui meus colegas como motoristas, volto a dizer, essa profissão sofrida, mas a gente batalha no dia a dia para que dê tudo certo para a nossa população que carregamos no transporte coletivo, tendo, às vezes, que frear bruscamente, quando acontece alguma coisa na frente, com o cuidado para que o passageiro não caia, é uma situação em que temos que nos virar nos trinta, como dizem. É uma profissão de orgulho e devemos, cada vez mais, dar a importância devida.

Vereador Valter Nagelstein (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Primeiro, ao cumprimentar meu ilustre colega, faço questão de registrar a todos aqui a pessoa fantástica que é o Paulinho Motorista. No seu segundo mandato, ninguém se reelege de graça, e o Paulinho mostra no dia a dia o caráter que ele tem, um homem que é simples no tratar com as outras pessoas, mas é extremamente nobre nos seus sentimentos, nos seus gestos, na forma como a gente sabe que ele tratava os seus passageiros e os seus colegas quando era motorista e, agora, continua tratando assim a todos aqui. Em primeiro lugar, o meu carinho por ti. Desculpa o atraso no aparte, eu estou falando, Sra. Presidente, em nome da nossa bancada, dos vereadores Mendes Ribeiro, André Carús, Lourdes Sprenger, Idenir Cecchim e em meu nome, para

cumprimentar os senhores, para dar um abraço muito carinhoso, muito afetuoso ao Sérgio Vieira, ao Adair da Silva, ao Sandro Abbade, ao Émerson Dutra, ao Itamar da Silva Constante, ao Éder Melo e, na pessoa de vocês, a todos os rodoviários, a todos os motoristas. Essa profissão é extremamente estressante, porque o trânsito é estressante, mas, ao mesmo tempo, é fundamental, porque transporta, todos os dias, algo em torno de setecentas a um milhão de pessoas. São pessoas que vêm de suas casas para o trabalho, que voltam do trabalho para suas casas e que carregam, dentro dos ônibus, muitas vezes, seus sofrimentos, suas angústias e seus sonhos também. E quem transporta essas vidas são vocês, os responsáveis por essas vidas são vocês, que, às vezes, com um gesto de carinho, param para um trabalhador atrasado, esperam um pouco mais, para permitir que chegue. Enfim, o que circula, nas veias da cidade, é o transporte coletivo. É ele que alimenta esse enorme organismo que é a cidade, que vibra e que pulsa. Vocês são o coração disso, vocês são a mola propulsora. Então, o nosso carinho, a nossa gratidão, pois sabemos que o transporte coletivo está em crise, que ele precisa pensar alternativas, e aqui é a Casa em que essas coisas retumbam e que a gente tem a obrigação, também, de estar pensando isso, junto com vocês. É para isso que nós estamos aqui. Mais uma vez, os meus cumprimentos, porque acho que é preciso a gente olhar, cada vez mais, para essa categoria importante, que, como eu disse, está no atraso todos os dias, está no engarrafamento, num sistema estressante. São 46 mil viagens, por mês, de ônibus, que chegam no Centro da cidade e que saem; são 450 mil pessoas que vêm da Região Metropolitana para Porto Alegre todos os dias; são 150 mil pessoas que saem de Porto Alegre todo dia para a Região Metropolitana, para não falar das setecentas a um milhão de pessoas que, dentro de Porto Alegre, transitam, diariamente, no transporte coletivo. Isso é um universo, isso é um mundo. De novo, como eu disse, precisamos do motorista, precisamos da sua atenção, precisamos do seu carinho, do seu cuidado, porque ali são vidas que estão sendo transportadas. O nosso muito obrigado a vocês pelo trabalho que vocês fazem, e o nosso muito obrigado por terem trazido aqui, para a Câmara, esta figura fantástica que é o Paulinho Motorista. Obrigado.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Obrigado. Quero deixar um abraço, também, para o sempre Ver. Mário Fraga, meu amigo, que está presente aqui. Presidente Mônica, muito obrigado por essa oportunidade. Quero deixar, mais uma vez, um grande abraço para os meus amigos motoristas e, também, para os cobradores, porque sem os cobradores a gente não teria como fazer esse trabalho tão importante para a cidade. Vida longa aos motoristas e vida longa aos nossos cobradores de Porto Alegre. Fiquem com Deus. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito ao Ver. Mendes Ribeiro que assuma a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Cumprimento o Ver. Paulinho Motorista, que sempre nos traz essa lembrança, fazendo jus a sua caminhada de mais de 20 anos como motorista no transporte público municipal. Lembramos que quem tem seu sustento nesta atividade, como os caminhoneiros, que atravessam o País transportando o Brasil; os motoristas do transporte coletivo, uma profissão de extrema responsabilidade; também do transporte individual de passageiros, hoje não só taxistas, mas também os motoristas de aplicativos; os motobóis diariamente nas ruas, e praticamente todos que somos motoristas ao dirigirmos o nosso automóvel ou uma motocicleta. O trânsito impõe regras de respeito e convivência, o que envolve o cumprimento dessas e pede uma conscientização maior sobre todos os aspectos que incluem comportamento e segurança dentro deste movimento constante onde cada um precisa fazer a sua parte. Dia 25 de julho é o dia do motorista e o dia de São Cristóvão, o santo padroeiro, e muitas comemorações são realizadas a cargo dos órgãos de trânsito de todo o País, com campanhas educativas que alertam motoristas e cidadãos sobre a condução responsável e o respeito às normas de trânsito. Sem dúvida, nos últimos tempos, com a melhoria e a maior rigidez do Código Brasileiro de Trânsito, tivemos boas mudanças de hábitos da população e diminuição de índice de acidentes. Passou-se a respeitar mais os limites numa intenção de redução e adaptação. É muito importante essa reeducação. Dentre essas mudanças importantíssimas estão as multas para motoristas que consomem álcool e dirigem, que devem ser mesmo altas e eficientes, pois está mais do que provado que álcool e direção não combinam, ao contrário, são causadores dos mais terríveis acidentes com mortes e de inúmeros prejuízos de toda a espécie. Temos muito para refletir no que diz respeito à falta de cordialidade, de civilidade e de educação, que são gerais no trânsito e que envolvem diariamente motoristas e também pedestres. Quem sabe, levando noções de educação para as crianças, desde a escola infantil, estaremos melhor preparando os motoristas de amanhã.

Quanto aos motoristas símbolos, os que transportam a vida, a economia, que movem a máquina, a minha admiração, pois eles não esmorecem frente às dificuldades, que podem ser a prestação atrasada do veículo adquirido para melhorar o seu serviço e a vida da família, o preço dos combustíveis ameaçando os seus ganhos, os fretes, sem falar da insegurança e da criminalidade que os atingem, que está na metrópole, mas também aparecem nas estradas pelo interior do nosso Estado. O transporte é vital para o dia a dia de todos e os motoristas são parte principal disso. Obrigada, Sérgio, Adair, Sandro, Emerson, Itamar, Eder e todos os motoristas, Ver. Paulinho Motorista, meu colega, contem com o meu total apoio. Obrigada pela oportunidade de estar aqui hoje e poder homenageá-los. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Sérgio Vieira, presidente da Associação Única dos Rodoviários Aposentados, está com a palavra.

SR. SÉRGIO VIEIRA: Cumprimento a Presidente Mônica Leal, os Srs. Vereadores, em especial o meu colega de profissão, Ver. Paulinho Motorista. Os senhores não imaginam o orgulho de estar nesta Casa. Orgulho de ter uma categoria, a qual exercemos essa função com muito amor e muito carinho, ser reconhecida hoje nesta Casa, por este nobre gesto do nosso colega de profissão. Uma profissão, como muito bem dito por alguns vereadores que tiveram a palavra e nos homenagearam, saibam os senhores que muito mais do que os senhores pensam, nós sentimos no coração. Que, nós, ao escolhermos essa profissão, muitas vezes não é só para ganhar dinheiro, é para sobreviver, sim, mas é uma profissão que nos enche de orgulho, quando nós, à frente de um ônibus, na direção de um ônibus, na direção de um caminhão, por essas estradas, nos sentimos cumprindo uma missão muito importante nos foi dada e que muito nos orgulha. Quando os senhores passarem por um motorista, em Porto Alegre ou em qualquer lugar, exercendo a função transportando vidas, saibam que ali existe um cidadão que está trabalhando com muito orgulho, com muito prazer em exercer uma função que faz com que este País de movimento. Um País que nós, com a nossa função, criamos, ajudamos a construir, deixando muitas vezes lágrimas pelos caminhos, mas que, com muitas condições, com muita competência, exercemos nossa função. Enfrentando, hoje muito menos, mas, senhores, saibam que, há muitos anos, nós, motoristas rodoviários aposentados, tínhamos que subir, ficar de pé num banco de ônibus para poder dobrar uma esquina. Aqueles ônibus caixa seca, aqueles ônibus com direção dura, aqueles ônibus sem a mínima condição de segurança, e nós ali exercendo essa função com muita responsabilidade, muitas vezes, chegando em casa quebrado ao meio, mas exercendo e fazendo o transporte de vidas.

Então, nós queremos dizer que nós, motoristas, nessa função que transporta neste País de baixo para cima e de cima para baixo, em caminhão, ônibus, carros, enfim, muitos de nós os senhores não veem a luta que é desenvolver uma função, muitas vezes, pressionada pela questão patronal, pressionada pelas leis municipais, estaduais e federais, que nos trazem preocupações tremendas. Muitas vezes, um pequeno erro, uma pequena injustiça, quando a gente evita um acidente, podendo neste momento estar sendo multado por uma lei que tira o pão do nosso filho, o pão da mesa da nossa casa, pagando multas enormes. E muitas vezes, os senhores não têm noção de quanto no dia a dia evitamos acidentes, porque nós somos profissionais, e sabemos o quanto é difícil conviver num trânsito caótico, num trânsito muito cheio, onde pessoas sem as mínimas condições psicológicas de dirigir saem com seus carros, e, muitas vezes, não somos reconhecidos quando estamos ali evitando acidentes.

Essa diretoria do sindicato, com nosso presidente Adair da Silva, resolveu em parte um grande problema que enfrentamos, que já foi dito para os senhores aqui, que é a questão da segurança. Hoje, através de uma lei, através, enfim, de uma posição do governo, foi criada a delegacia especializada em assalto, porque a roleta estava servindo de caixa eletrônico para drogados, para roubar o dinheirinho para comprar uma

pedra, para roubar o dinheirinho para comprar uma maconha. Éramos fáceis vítimas nesse sistema, e precisou essa diretoria, com o nosso presidente Adair, com o nosso vice Abbade e toda a diretoria, nossos companheiros, fazer uma pressão, e hoje existe uma delegacia especializada. O elemento que nos assaltava, muitas vezes, lá na Via Jardim, depois ia na Zona Sul, e nunca ninguém pegava; hoje está centralizado, por isso hoje os elementos estão sendo presos, estão sendo devidamente responsabilizados por esses atos.

Fora isso, senhores, nós temos uma decisão do nosso governo municipal de que, em seguida, poderá acabar a função dos cobradores. Nós ficamos felizes ao ouvir aqui nesta Casa manifestações favoráveis do Ver. Janta, do Ver. Comassetto, dos vereadores que nos antecederam, do nosso Paulinho Motorista, que estará sempre atento para defender essa categoria, estaremos muito felizes, porque nesta Casa passará a decisão de não desempregar 4 mil trabalhadores, de não fazer com que a população de Porto Alegre se sinta prejudicada com o exercício da função do motorista. Para concluir, Presidente, quero dizer que muito nos orgulha, e ficará na memória de cada rodoviário, de cada trabalhador o belo gesto, Ver. Paulinho Motorista, nosso representante nesta Casa, e os senhores, com todo o carinho que estão dando a ele, nos fazem muito felizes, porque nós queremos, sim, continuar exercendo essa função, com muito orgulho, essa missão que Deus nos deu e que realizamos acima da questão financeira, com o coração muito feliz, por estarmos exercendo uma função de transportar vidas e alimentos por todo este País. Muito obrigado a esta Casa, e fiquem com Deus

(Não revisado pelo orador.).

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Agradecemos a presença das senhoras e dos senhores e damos por encerrada esta homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h51min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 14h55min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; o Dia do Motorista, as homenagens aos motoristas estão rendendo muito aqui. Nós tivemos o padre com o São Cristóvão, hoje tivemos os motoristas. Cumprimentos a todos esses profissionais, Ver. Paulinho Motorista, que tem no próprio nome a categoria. Estou vendo Djedah Lisboa, queria lhe dirigir a palavra pessoalmente, com isso fazer uma homenagem a um assessor de uma secretaria aqui, alguém que representava a Secretaria da Saúde do Município junto à Câmara de Vereadores. Esse trabalho do Djedah Lisboa, que aí está, foi tão profícuo, tão bom, mas,

às vezes, não basta só isso. Não basta ser tão bom, precisa do reconhecimento, e o Djedah, foi reconhecido, Ver. Janta, reconhecido no Ministério da Saúde do nosso querido Brasil. O ministro da saúde soube olhar para a competência do Djedah Lisboa e o chamou para o ministério. Eu queria fazer esse registro, fazer esta homenagem para alguém que se dedicou ao Parlamento, e lhe agradecer, Djedah. Muito obrigado por ter participado desses dois anos e pouco aqui, na Câmara de Vereadores. (Palmas.) Tenho certeza que V. Exa., com a sua dedicação, prestará grandes serviços ao nosso Ministério da Saúde e certamente teremos lá em Brasília, no ministério, um grande representante. Muito obrigado.

Por falar em reconhecimento, nós devemos reconhecer o trabalho daqueles que fazem o dia a dia da Prefeitura, das pessoas mais humildes, daqueles que fecham os buracos, dos quais nós tanto reclamamos; daqueles que trocam um bico de luz; daqueles que desentopem os bueiros; desses e daqueles que trabalham com a burocracia; daqueles que trabalham no dia a dia, atendendo, recebendo, atendendo os pedidos ou, muitas vezes, tendo que dizer “não”. Eu acho que nós temos categorias importantes na Prefeitura. E temos algumas categorias que merecem o nosso reconhecimento todos os dias em que a gente possa prestar. Eu falo aqui da Secretaria da Fazenda, que é um setor importante (Palmas.), muito importante, e eu estou acompanhando desde o início uma reivindicação que não é de aumento de salário, é repor aquilo que já vinha pago, aquilo que já era merecido. Eu disse na vez passada e não vou cansar de repetir: foi a única Secretaria até agora que apresentou os resultados da produtividade. Só por isso, se não tivesse outro motivo, só esse motivo já teria o meu respeito, a minha admiração e o meu reconhecimento. Quero dizer a vocês que se trata de uma justiça fazer aquilo que temos que fazer para o bem da nossa cidade, um reconhecimento daqueles que fazem por merecer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do jovem Pablo Yago Radaeli, jogador do Passo Fundo Futsal.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. José Araújo, liderança da comunidade da Grande Cruzeiro.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações, por cedência do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sra. Presidente, aproveito este momento de Comunicações, por cedência do líder da minha bancada, Ver. Marcelo Sgarbossa, para tratar de um tema, Ver. André Carús, que V. Exa. já tratou na Comissão de Saúde e Meio Ambiente aqui da Casa, COSMAM, com a vinda de vários representantes de entidades que tratam da chamada Semana Farroupilha. É um assunto da maior importância, porque nós tivemos, em alguns momentos, a possibilidade de, inclusive, avançar nessa festa que já se tornou um ícone do Rio Grande do Sul. Eu acabo de entregar um requerimento na sala da Presidente Mônica Leal, solicitando que a Mesa analise, para que na primeira semana do mês de agosto possamos convidar o secretário municipal da cultura para tratar do assunto aqui. Nós temos uma legislação que diz que até o mês de março tem que ter a comissão da Semana Farroupilha, e nada, absolutamente nada foi feito! Volto a repetir que o colega André Carús já tratou dessa questão na Comissão do Meio Ambiente, no entanto, como várias coisas que são tratadas aqui nesta Casa, os membros do governo não se atêm às demandas, pelo contrário, viram as costas para as demandas que têm, e nós ficamos a ver navios.

Vereador Cláudio Janta (DEM): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Adeli Sell, quero lhe dizer que, desde que aqui cheguei, juntamente com o Ver. Bernardino Vendrusculo – um idealizador dessa questão, até propondo uma CPI nesta Casa –, vejo que o nosso Acampamento Farroupilha tem um ser maligno que vem dificultando a sua realização a cada ano. A lei é bem clara: se qualquer entidade, qualquer pessoa física ou jurídica usar recursos públicos para renovar esse recurso, para pegar novamente esse recurso, tem que fazer a prestação de contas. O MTG não prestou contas de 2017 e já quer fazer o acampamento de 2019. O MTG está acima de qualquer governo. Não vem deste governo, não vem do governo passado, vem há muito tempo a exploração do espaço público, do Acampamento Farroupilha e dos lá acampados pelo MTG. Eu acho que é mais sério do que chamar o secretário da cultura. O que nós temos que resolver é quem administra o acampamento, quem toca o acampamento, que é o MTG.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Corretamente. Corretamente! O Ver. Cláudio Janta tem toda a razão. Esse problema, Carús, e eu faço menção a ti pela terceira vez por ter tido a ousadia de chamar, já na sua comissão, mas agora temos que discutir, os 36 vereadores. Chega de brincadeira! Chega! Temos que fazer uma grande homenagem à grande batalha que o Ver. Bernardino teve para moralizar o Acampamento Farroupilha. Várias vezes nós tivemos brigas homéricas aqui. O MTG não merece o nosso respeito, e sei que tem vereador aqui que defende o MTG, e eu não sei como.

(Aparte antirregimental do Ver. André Carús.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ela tem medo de falar. Tem mais: eu li uma carta agora que a Simone Mirapalmete acabou de me passar, do antigo presidente

do MTG fazendo cobrança de prestação de contas. Como chama o cidadão mesmo? (Pausa.) Eu não quero falar esse nome. Eu não vou falar esse nome, porque ele é igual! Ele é igual! Aqui nós dissemos tudo que tinha que ser dito a ele na cara dele. Esse pessoal do MTG não tem o nosso respeito. Esses não podem dirigir. Agora, 280 entidades, os piquetes que representam a alma do povo gaúcho, os CTGs de verdade têm que ser respeitados e eles têm que comandar a Semana Farroupilha. Que baixem a guarda, que respeitem a nossa tradição, porque as verdadeiras façanhas são dos piquetes, dos acampados, daqueles que fazem a verdadeira cultura deste Estado. Vamos juntos, os 36 vereadores, e se tiver um ou dois aqui que queiram dar uma de pica-fumo, o problema é deles, nós estaremos juntos em defesa do Acampamento Farroupilha. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Mauro Zacher.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje, regimentalmente, é a nossa última sessão antes do recesso parlamentar, por 15 dias, no mês de julho, e eu lastimo, embora diversas matérias de importância oriundas aqui da Casa ou do próprio Poder Executivo tenham sido apreciadas, que a gente, às vezes, deixe de manifestar vontade política em resolver alguns problemas importantes da cidade.

Antes de entrar especificamente ao assunto que diz respeito ao teto do serviço público municipal, eu quero aqui me somar à manifestação do Ver. Adeli Sell no que diz respeito à falta de transparência na prestação de contas do MTG na promoção do Acampamento Farroupilha e também a necessidade da Secretaria da Cultura prestar esclarecimentos. Nós estamos às vésperas de mais um acampamento, já debatemos o assunto na COSMAM e precisamos que a falta de transparência não se repita em 2019. Então nós precisamos clarear esse assunto e está com a palavra a Secretaria da Cultura.

Nós enfrentamos aqui, Presidente Mônica Leal, em 2018 e 2019, matérias muito antipáticas ao serviço público municipal, e matérias até mesmo antipáticas à sociedade de um modo geral. Nós todos construímos uma consciência de que era necessário acabar com alguns privilégios para que Porto Alegre pudesse, aos poucos, ter saúde financeira, recuperar capacidade de investimento, recuperar capacidade de endividamento e que isso se refletisse em favor da sociedade, em favor da população. Em 2015, em gestões que nós, do MDB, estivemos na liderança, junto com o PDT e outros partidos na coalizão, foi criada a Receita Municipal. De lá para cá, os números falam por si só, na Tribuna Popular da última segunda-feira, a Aiamu divulgou o crescente aumento na arrecadação do ISS de Porto Alegre que, por consequência, vai promover o fim maior da administração pública, que é atender aos anseios da população.

Eu não entendo por que o receio, respeito, mas não entendo, de se enfrentar um tema tão importante como este do teto. Não há como se falar em eficiência, não há como se falar em bom desempenho do poder público se não tiver boa remuneração para aqueles que verdadeiramente produzem em favor da cidade. E aí vão dizer que estamos defendendo só o andar de cima, os que recebem mais do que os outros. Não é verdadeiro; nós defendemos todos, aqueles que estão no andar de baixo, prestando serviço público na ponta, e aqueles que estão em áreas estratégicas que garantem arrecadação capaz de fazer com que Porto Alegre ofereça serviços de qualidade aos seus cidadãos. Esse é o papel da Câmara, mas aí fica um receio que não consigo compreender, do por que não se enfrenta. Mas, meus colegas, a Câmara está aqui justamente para isso, para enfrentar temas simpáticos e também antipáticos. Pode alguém fazer mau uso de uma posição dessas, dizendo que querem aumentar o salário do prefeito ou dos servidores da Fazenda. A base desta demanda não é essa, e quem faz mau uso disso, faz de má-fé. A base é outra, a base é corrigir um problema que, se houvesse opção para uma judicialização mais aguda, já teria sido resolvido; se houvesse opção por um movimento político concreto na direção da alteração da Constituição estadual, já teria sido resolvido, mas isso só vai acontecer se nós nos mantivermos omissos ou indiferentes a esse assunto. Ou vamos continuar – e falo aqui com autoridade de quem já foi gestor e ordenador de despesa de dois órgãos municipais – assinando gratificações de desempenho e metas no escuro? A Receita está cumprindo suas metas, têm outros segmentos do funcionalismo em que o gestor assina no escuro porque se autoconcedem a produtividade que fizeram. Então acho isso da mais absoluta relevância, e repito: lastimo que na última sessão antes do recesso não tenhamos a oportunidade de apreciar esse tema. Também lastimo que alguns se façam de desentendidos – e aqui me dirijo, com o respeito que merece, à Mesa Diretora. A Mesa tem que ouvir mais os vereadores, e não simplesmente transferir responsabilidade para o conjunto. Os membros da Mesa têm que saber que assim o são porque os outros os escolheram. Por isso acredito que é tema prioritário, se não hoje, mas que, na volta dos trabalhos, no início de agosto, possamos enfrentar esse assunto. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações, por cedência do Ver. Roberto Robaina.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Queria agradecer aqui a bancada do PSOL, Ver. Roberto Robaina, que me cedeu este tempo aqui. Eu ouvi vários colegas falarem de um tema que nem está na nossa grade, que todos os anos vem aqui na Casa: o tema de reconhecer os trabalhadores da Secretaria da Fazenda. Quando nós vamos reconhecer os trabalhadores da saúde? Quando vamos reconhecer os professores do Município? Quando vamos reconhecer as pessoas que, junto com a Fazenda, fazem com que este Município ande, cresça? Aprovamos o aumento do IPTU para arrumar as

finanças públicas, para as pessoas poderem ter acesso à saúde, à educação e à segurança pública, para as pessoas terem acesso a uma cidade boa de se conviver – esses foram os argumentos, dizendo, ainda, que a Prefeitura estava quebrada. Acabamos de aprovar o aumento do IPTU e já vem um projeto querendo aumentar salário do prefeito, salários dos secretários, e usam a Fazenda para isso. Queriam até incluir uma emenda aumentando salário de vereador. Então, não é a Mesa Diretora, não, a Mesa cumpre o papel de ouvir todos os vereadores, e não vêm para votar porque a maioria dos vereadores não quer votar aumento agora sem ver a conta do IPTU! As senhoras e os senhores, por quem tenho muito respeito, desculpem-me, se vocês fazem o seu trabalho muito bem feito, outros funcionários do Município também o fazem, como aqueles que estão lá nas vilas de Porto Alegre atendendo a população na saúde, lá nos bairros tomando tiro, atendendo as nossas crianças, dirigindo ambulância, trabalhando na Guarda Municipal. Se vamos dar algum aumento para alguém... O próprio Sindicato dos Municipários esteve aqui fazendo um pedido para o colégio de líderes e a Mesa Diretora intercederem, junto ao prefeito, para ver a reposição da inflação. Agora vem um projeto aqui na Casa que equipara o salário do prefeito ao salário de deputados, que equipara o salário das pessoas a salários que ninguém no Município ganha. Tem uma Lei do Teto, vamos cumpri-la. Se está ruim para as senhoras e para os senhores, imagina para o professor que trabalha lá nas vilas de Porto Alegre! Se está ruim para as senhoras e para os senhores, imagina para o pessoal que trabalha nos postos de saúde da nossa cidade, nas unidades básicas de saúde! O governo diz que nunca tem dinheiro para nada, está terceirizando várias UPAS, terceirizando várias questões, e aí nós vamos discutir aumento de salário de um setor só da Prefeitura? Eu sou líder de um partido aqui na Casa e vocês me desculpem, nós não vamos participar disso, ou dá aumento para todo mundo do Município de Porto Alegre, ou repõe a inflação para todo mundo, ou coloca de fato a meritocracia onde a população possa acompanhá-la, de outra forma, não tem como. Ou se constrói um projeto para todos os trabalhadores do Município de Porto Alegre vinculado à meritocracia, se constrói um projeto onde seja transparente, não somente porque cobraram o que as pessoas devem. Tem que cobrar muito mais ainda e continuam devendo muito mais. Trouxe aqui uma dívida incalculável com a Previdência Social, então, deve ter muita gente devendo os impostos no nosso Município de Porto Alegre. Eu acho que temos que ter acesso a essa lista, cobrar cada vez mais esses credores. Agora, não podemos mais onerar a população de Porto Alegre, o IPTU foi aprovado nesta Casa com uma finalidade, que não foi para estar dando aumento real, para reajustar o salário do prefeito, de secretários e muito menos os nossos salários, porque nós não queremos reajuste de salário; nós queremos é uma cidade funcionando para a população de Porto Alegre, na saúde, na segurança pública, na educação, na mobilidade, uma cidade voltada para o povo de Porto Alegre! E as questões salariais, o Simpa já homologou nesta Casa um pedido de reunião com o prefeito, a qual nós estamos aguardando.

Muito obrigado, Sra. Presidente, Ver. Roberto Robaina e bancada do PSOL, que me cedeu este tempo aqui, usando para explanar isso, porque já estou ficando cansado de ver os colegas falarem que a Mesa está segurando o projeto. Quando tem

consenso deste plenário, os projetos vêm para o plenário, quando não tem, os projetos ficam lá, como esse dos cobradores, aguardando um consenso para votar. Agora, volto a dizer, nós não votaremos aumento de salários, se não for para o coletivo dos trabalhadores do Município de Porto Alegre. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão ordinária.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, nesta semana que passou, nós acompanhamos o Presidente da República querendo indicar os eu filho para ser embaixador dos EUA, Washington, Nova Iorque, uma papagaiada assim. Mas o que me traz aqui não é falar do filho do Presidente, se ele vai ser vendedor de batata frita, se vai ser aluno de inglês, o que me traz aqui são três encaminhamentos de vetos que o Presidente está fazendo. No primeiro encaminhamento de veto do Presidente, ele rejeita o que foi aprovado pelo Congresso Nacional acerca da regulamentação da profissão de cuidador. São pessoas que cuidam de idosos, pessoas que cuidam de pessoas com deficiência, uma série de nomenclatura que a função de cuidador tem. E o Congresso Nacional votou um projeto regularizando essa profissão, regularizando o que necessita para uma pessoa ser cuidadora, os critérios que um a pessoa necessita para ser cuidadora, e o Presidente diz que a liberdade das pessoas que cuidam tem que ser preservada. Eu queria que o Presidente tivesse esse critério também para os trabalhadores de qualquer empresa, de terem a sua liberdade de pagar ou não a previdência, agora que nós vamos morrer trabalhando, que seja também reconhecida. Nós podemos querer ou não pagar a previdência, já que não vamos nos aposentar, não temos necessidade nenhuma de pagar essa previdência. Eu tenho dito até aos trabalhadores autônomos para pararem de recolher a previdência. Façam uma poupança, façam um outro investimento e não recolham mais para a previdência, porque não vão usar esse benefício. Então, o Presidente deveria ter esse critério da liberdade para deixar os trabalhadores escolherem, e ele veta isso.

Não satisfeito, o Presidente diz que vai vetar também o projeto que incluiu no Censo próximo a questão do autismo. O Presidente diz que veta porque, de acordo com o IBGE, a pesquisa de amostra a domicílio é mais completa. Uma gafe de uma pessoa que está lá e não sabe nem o que faz. Completo é o Censo, que acompanha todas as medidas e todas as necessidades da população brasileira. É o Censo que traz

características específicas da população brasileira, é o instituto que possibilita o reconhecimento de todas as informações, quantos homens, mulheres, crianças, negros, brancos, pobres, ricos, quantas pessoas com deficiência tem neste País, quantas pessoas são idosas, qual é a profissão das pessoas, isso é o Censo que faz, não é a pesquisa. E esse Censo teria que incluir só algumas coisas, por exemplo, se tem pessoa com autismo na família. Havendo, se ela tem acompanhamento médico e educacional, se tem um convívio social, se vai a um teatro, se pode ir a um cinema, se pode fazer uma atividade física, e, principalmente, se essas pessoas têm acesso às coisas públicas. É necessário fazer esse Censo do autista. É necessário termos números exatos, não para ficar no achômetro, não para ficar achando que temos tantos mil autistas, que temos tantas pessoas com autismo em tal região, para nós sabermos os dados, de fato.

Não satisfeito, o Presidente também veta a criação dos juizados especiais para crimes digitais. Um homem que comete esse tipo de crime não pode querer jamais um juizado que vá discutir a questão dos crimes digitais. Então, o Presidente veta três coisas importantes para o povo brasileiro, três coisas importantíssimas para a população do nosso País, mas duas principalmente muito importantes para os idosos, muito importantes para as pessoas que têm alguém com deficiência na família, e para os deficientes, que é a questão do veto para os cuidadores e, também, a questão do veto do censo sobre o autismo que seria feito. Vamos lutar para que seja feito no ano que vem. Seria isso, Sra. Presidente, o que nós teríamos para usar, hoje, no tempo de liderança do nosso partido, ou seja, a nossa indignação com uma política presidencial que não diminui os impostos, uma política presidencial que não baixar os juros e uma política presidencial que, novamente comprovado, vem punir os mais pobres, os mais necessitados e as pessoas que precisam do amparo do governo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero saudar a todos os presentes, especialmente aqueles servidores da Secretaria da Fazenda que se fizeram presentes. Sei que são batalhadores diuturnos no esforço de executar a arrecadação que a lei determina, por isso são, nessa tarefa, tenho dito e repito, uma ilha de eficiência dentro da administração pública de Porto Alegre. Queríamos nós que todos os órgãos da Prefeitura tivessem a capacidade e a eficiência na sua atividade-fim, que a Secretaria da Fazenda tem na cobrança dos impostos que tocam ao Município. Quero, na figura do secretário Busatto, saudar a todos os senhores e as senhoras aqui presentes.

Nós temos, e já estou antecipando um assunto, Sra. Presidente, que está na nossa pauta do dia de hoje, que é um projeto que contribui no esforço da Fazenda de arrecadar os impostos legais e, ao mesmo tempo, confere transparência ao IPTU do Município de Porto Alegre. Se não me engano, é quarto da pauta de hoje. Nós estamos

propondo um projeto que incluiu um artigo na lei da transparência dos impostos já aprovada nesta Casa, que estabelece que os boletos do IPTU que serão enviados, no final deste ano, aos cidadãos de Porto Alegre, que deles conste a projeção do aumento que decorrerá da lei que aprovamos nesta Casa, para os próximos seis anos, até que implementado todo o aumento decorrente da lei da nova planta que foi aprovada nesta Casa. Por que entendo que isso é favorável à Secretaria da Fazenda? Porque permitirá aos cidadãos que se organizem para fazer frente ao tributo que terão no futuro. Ora, se apenas uma pequena parte do aumento total vai acontecer já neste ano, porque há um teto de 30% no incremento do IPTU para este ano, é necessário que as pessoas que vão receber esse boleto possam se organizar e saber que no ano que vem, além dos 30% deste ano, haverá talvez mais 20%, no outro ano mais 20%, no outro ano mais 20%, e no outro ano mais 20%. E no quinto o sexto ano o resto, porque sabemos que há IPTUs em Porto Alegre que aumentarão 400%, 500%, 1.000%. Ora, se esta Casa entendeu justo aprovar a nova planta de valores e, com isso, aumentar a arrecadação do IPTU da Cidade, como não podemos entender que é justo e necessário, até porque o simulador não está no ar, é justo dar ao cidadão a transparência sobre o que pagará de IPTU, neste ano, no próximo e nos seguintes. Portanto, esse é o teor do projeto que nós submetemos a esta Casa, e se a Casa disse – e disse – que a nova planta é justa, não poderá dizer que ela é secreta, não poderá dizer que o cidadão, que é o endereçado final do tributo, não pode saber quanto pagará no futuro. Tenho certeza de que, se isso acontecer, as famílias que terão que se desfazer de imóveis, porque não poderão arcar com o novo IPTU, terão tempo de fazê-lo e transferir esses imóveis a outras pessoas que possam fazer o pagamento do tributo, e assim diminuir a inadimplência que nós acreditamos e alertamos, por diversas vezes, que haverá de subir com a nova planta de valores. A arrecadação, sem dúvida, subirá, isso dissemos também. Os impactos econômicos desse aumento da arrecadação nós nos esforçamos por esclarecer. Mas subirá também a inadimplência porque muitas famílias não conseguirão, e muitos negócios também não conseguirão fazer frente ao novo tributo. O que nós estamos propondo aqui é que, pelo menos, as pessoas saibam qual vai ser o tamanho final do seu aumento de IPTU; que o porto-alegrense que terá o seu IPTU reajustado possa saber que, por exemplo: “A partir de aqui a dois anos eu não poderei mais pagar esse imposto, por isso preciso desde logo me desfazer do meu imóvel”. Tudo isso nós dissemos que aconteceria, agora, que nós permitamos, ao menos, que as pessoas se organizem para fazer frente ao imposto que será aumentado, e tenho certeza que a Prefeitura também não poderá ser contra esse projeto. Primeiro, porque é um projeto de transparência, e duvido que o governo venha aqui dizer que é contra a transparência; segundo, porque permitirá que as pessoas se organizem para pagar o imposto, e duvido que o governo negue aos cidadãos de Porto Alegre essa oportunidade de se organizarem, porque isso também resultaria no aumento da inadimplência, o que acredito que o Executivo vá querer. Então, tenho certeza, Ver. Mauro Pinheiro, que V. Exa. e o Executivo encaminharão de forma favorável a esse projeto que é de transparência e de justiça para o pagador de imposto. Transparência, isso sim, é justiça fiscal. Muito obrigado. Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 15 a 18 de julho de 2019. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Mesa declara empossado o suplente, Ver. Dr. Marcelo Rocha, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação, CUTHAB.

(O Ver. Ricardo Gomes assume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Sr. Presidente, eu não estou entendendo completamente o que está acontecendo, mas me parece que a Mesa Diretora vai se reunir no início da Ordem do Dia. Então eu solicito a V. Exa., que está assumindo a presidência, que suspenda os trabalhos, porque, inclusive, tem um segundo projeto que necessita 24 votos para apreciação.

PRESIDENTE RICARDO GOMES (PP): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h37min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h09min: Estão reabertos os trabalhos. Solicito ao Ver. Mendes Ribeiro que assuma a presidência para que esta vereadora possa fazer um esclarecimento da tribuna.

(O Ver. Mendes Ribeiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Tempo de Presidente.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Eu penso que se faz necessário um esclarecimento. Enquanto eu presidia a sessão, eu estava focada em questões, atendendo, e não ouvi a fala do Ver. André Carús, que chegou ao meu conhecimento, agora na minha sala, sobre essa questão do projeto do teto dos fazendários, do prefeito. Inclusive pedi, Ver. Carús, as notas taquigráficas, porque se tem uma coisa que eu cuido muito, que eu prezo muito, é o cuidado com o outro; vou lê-las, depois, vou me aprofundar para entender o que o senhor quis dizer. Antes de ler, quero explicar aos senhores e às senhoras que se encontram neste plenário que eu sou uma pessoa que prezo muito meu papel de presidente, e, antes de presidente, de vereadora, e agora, mais do que nunca, cumpro este papel na íntegra. Se tem algo que rege, que norteia a minha caminhada pessoal e profissional é o cumprimento da lei, e o projeto do prefeito sobre o teto dos fazendários é de competência exclusiva da Mesa Diretora. O projeto tem 19 assinaturas como forma de trazer ao plenário – isso é que foi feito –, mas a Mesa ainda não deliberou sobre o assunto. Apenas isso que está acontecendo. A intenção é tratar

desse assunto, mas, na minha opinião, isso vai ocorrer somente após o recesso. Eu não sei o que disseram para os senhores e para as senhoras, se alguém tentou politizar, fazer alguma política diferente daquilo que eu estou dizendo, dizendo que seria votado hoje, que alguém não queria ou que está engavetado. Eu não sei e, confesso, nem tenho interesse em saber, mas eu preciso usar esta tribuna para dizer que este projeto é de competência da Mesa Diretora. A Mesa Diretora não conseguiu deliberar sobre o assunto, mas existem 19 assinaturas que mostram que as pessoas aprovam, que essas pessoas vão trazer para o plenário. Essa é a questão. Agora, eu peço que as senhoras e os senhores entendam que, neste momento, nenhum dos membros da Mesa Diretora se opôs, se posicionou a favor, contra ou sequer imaginou pegar o projeto e deixar de lado como forma de represália ou alguma coisa política. Não, não houve isso; é que realmente não houve deliberação sobre o assunto. Isso vai ocorrer, mas, pela minha visão política, pelo andamento das coisas, vejo que só será possível fazer isso após o recesso.

Era apenas esta fala que eu gostaria de fazer para que os senhores e as senhoras entendessem que não existe a menor possibilidade de a Mesa Diretora ou de esta presidência engavetar um projeto. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sra. Presidente Mônica Leal, vou me dirigir a V. Exa., exclusivamente. Eu, primeiro, quero aqui fazer uma réplica, porque em nenhum momento eu usei o termo engavetar, tampouco usei um termo que lhe responsabilizasse pessoalmente por isso, e até tomei o cuidado de coletivizar a cobrança me referindo à Mesa Diretora, da qual, inclusive, o meu partido, o MDB, faz parte, na pessoa do Ver. Mendes Ribeiro. Talvez a minha manifestação tenha tido relevância justamente porque nós tivemos, agora, uma manifestação da Presidente da Câmara no sentido de que, considerando as 19 assinaturas que já foram colhidas a respeito do tema, a Mesa não vai se isentar de tratá-lo no momento adequado, e também não vou aqui vestir o chapéu de politiqueiro, até porque não sou eu que tenho que garantir aos interessados prazos para ser votado ou não. Quem conduz os trabalhos, as prioridades, é a Mesa Diretora e também as reuniões de líderes que ocorrem às quartas-feiras. Então, quero aqui deixar bem claro, Presidente, que, em nenhum momento, pessoalizei essa discussão, mas vi que a minha manifestação surtiu efeito. Nós temos aqui um compromisso assumido de que esse tema será, no mínimo, tratado pela Mesa Diretora, que, até então, nós não sabíamos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver. Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara, Presidente Mônica, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores; esse tema que se está pretendendo apresentar vem de longe, e nós, uma série bastante grande de vereadores, estamos tratando desse assunto desde o seu início. É um tema que advém com urgência em razão de decisão tomada pela Prefeitura, que é decorrência de uma decisão, determinação judicial. Portanto, não estamos aqui trazendo nenhuma crítica ao prefeito e crítica a ninguém. Apenas a questão se notabilizou e carece de uma urgência em razão dos resultados da decisão da Justiça do Rio Grande do Sul que chegou e precisa, sim, encaminhar com uma celeridade que seja, no mínimo, razoável. Desde os primeiros dias, ou meses, deste ano de 2019, eu recebi informações, inclusive, de vereadores da Mesa Diretora, de que, na verdade, se fossem obtidas 19 assinaturas, este projeto iria imediatamente para a votação, e as 19 assinaturas, nós conseguimos. Portanto, respeitando a posição da Mesa, que V. Exa. tem razão, é competência da Mesa, e respeitando as definições e os encaminhamentos que se deram, nós estamos aqui ratificando a necessidade da urgência da votação deste projeto. E acredito, sim, que hoje nós não temos, a esta hora da tarde, possibilidade, porque nem todos os membros da Mesa estão presentes, mas que seja encaminhado o mais breve possível e nos primeiros dias depois do recesso. Um abraço a todos, e estamos na luta. E parabéns a vocês, que estão conosco, que estão, sim, trabalhando bastante e vêm de longe, de longo tempo. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Presidente Mônica, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias e também na TVCâmara. Eu tenho escutado aqui, nesta tribuna, Presidente Mônica, um debate de algo, Ver. Carús, que ainda não existe. São os projetos necessários, com anterioridade, assim como preveem a Constituição Federal e a Constituição Estadual, Ver. Ferronato, para a definição dos salários tanto dos vereadores quanto do Sr. Prefeito Municipal, do vice-prefeito e dos secretários do Município. Eu não quero entrar no mérito, Ver. Ferronato, se é justo, se não é justo, qual o valor que deveria ser pago, qual o valor que cada carreira deveria receber, quanto o vereador deveria receber. Eu quero só, Ver. Mendes Ribeiro, que é um dos vice-presidentes desta Casa, me solidarizar com a Mesa Diretora, Presidente Mônica, porque um projeto de origem da Mesa não pode vir a Plenário e não ter voto suficiente para ser aprovado. Então, o que a Presidente está fazendo, o que a Mesa Diretora está fazendo, está aqui o Ver. Paulo Brum que representa o PTB na Mesa, Ver. Wambert, um projeto de iniciativa da Mesa tem que ter

a aquiescência, a anuência da maioria dos vereadores. Se não tem projeto ainda, eu tenho a convicção de que a Mesa Diretora, através dos seus membros, através dos líderes das bancadas, ainda não conseguiu, Ver. Cláudio Janta, chegar a um consenso sobre o teor dos projetos que deverão ser apresentados, para que os mesmos cheguem a este plenário e tenham êxito. De vez em quando acontece, Ver.^a Mônica, parece que tem gente que acredita em mágica, que é possível, nesta Casa, se fazer algo que aconteceu em Santa Catarina, Florianópolis: em 26 segundos, se vota um projeto que é impopular e que tem repercussões e despesas, e depois ninguém vai ficar falando, ou ninguém vai ficar sabendo, Ver. Paulinho Motorista. Eu não quero, de forma alguma, comparar o teor das duas proposições, mas seria impossível qualquer iniciativa que hoje resolvesse a tramitação de qualquer projeto de iniciativa da Mesa por alguns motivos óbvios, é só conhecer um pouquinho de Regimento desta Casa. Tem gente que se ilude, acha que é possível, num mesmo dia, apresentar o projeto, correr pauta, ter parecer da procuradoria, fazer reunião conjunta das comissões e ainda aprovar. Quase tudo isso é possível, só que, entre a reunião conjunta das comissões e a Ordem do Dia, precisa de 48 horas, isso está no Regimento.

Então antes de fazer as sugestões, antes de fazer as reivindicações, acho importante que todos tomem pé e ciência do que se está tratando e qual o regulamento para que aconteça. Eu estou falando do ordenamento jurídico. Fora isso, a Mesa, para apresentar o projeto, tem que ter maioria constituída, porque a Mesa representa a maioria da Casa. Aquilo que a Mesa propõe tem que ter a ressonância no plenário sob pena de passar por um desgaste que não é necessário. Eu tenho a convicção de que a nossa Presidente e a nossa Mesa Diretora não farão nenhuma aventura apresentando algum projeto nesta Casa... Eu não me lembro de nenhum projeto da Mesa até hoje que tenha sido derrotado, porque sempre a Mesa Diretora teve esse zelo de conversar. Aquilo que precisa vir a plenário necessita ter a maioria constituída. Muito obrigado e um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo Ofício nº 587, de autoria do prefeito Nelson Marchezan Júnior. (Lê.): “Senhora Presidente, ao cumprimentá-la cordialmente, comunico a Vossa Excelência, conforme prevê a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que estarei ausente do Município, dos dias 12 a 21 de julho do corrente ano, para participar do Programa Internacional para Líderes Públicos, em Washington, nos Estados Unidos. Registro, por oportuno, que, na vacância, assumirá o Senhor Vice-Prefeito Gustavo Bohrer Paim. Atenciosas saudações, Nelson Marchezan Júnior, Prefeito de Porto Alegre”.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h28min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a votação do Requerimento nº 071/19, passar para a seguinte ordem: o Requerimento nº 064/19; o Requerimento nº 074/19; o PLCL nº 020/18; o PLL nº 115/19; o Requerimento nº 059/19; o PELO nº 003/19. Após retornarmos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 071/19 – (Proc. nº 0269/19 – Ver. Felipe Camozzato) – requer seja encaminhada Moção em solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, pela Reforma da Previdência (PEC 006/2019). **Votação Nula por falta de quórum em 10-07-19.**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga, o Requerimento nº 071/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 17 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 064/19 – (Proc. nº 0248/19 – Ver. Valter Nagelstein) – requer seja o período de Comunicações do dia 22 de agosto destinado a assinalar o transcurso do Dia Municipal da Imigração Japonesa.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 064/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 074/19 – (Proc. nº 0284/19 – Ver^a Karen Santos) – requer seja o período de Comunicações do dia 1º de agosto destinado a assinalar o transcurso do Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 074/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1267/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 020/18, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que inclui a alínea *ab* no §3º do art. 20 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina os tributos de competência do Município –, incluindo os atuários no rol das profissões que especifica.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 01-07-19 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLCL nº 020/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; esse é um projeto simples, um projeto que corrige um equívoco em relação à categoria dos atuários. Nós temos aqui um rol de profissões, médicos, enfermeiros, obstetras, fonoaudiólogos, protéticos, contadores, auditores, técnicos em contabilidade, advogados, arquitetos, engenheiros, economistas, agrônomos, fisioterapeutas, administradores, enfim, todas essas categorias pagam o ISS em cima de cada funcionário que possui. E os atuários eram os contadores que estão nessa lista. Só que os atuários, quando veio essa lei, como estavam os contadores, ficaram de fora, e é a única categoria que está pagando sobre o faturamento dos seus escritórios. Então nada mais justo que possamos incluir a categoria de atuários nessa

relação e corrigir esse erro. Já conversei com os colegas vereadores e vereadoras, explicando essa situação. Conversei com o secretário da Fazenda que estava há pouco aqui, o secretário Busatto. Enfim, o Procurador da Casa se posicionou favoravelmente, solicitou cálculo atuarial para isso, foi apresentado, a CCJ se pronunciou favoravelmente, assim como a CEFOR. Então, sendo rápido, é um projeto simples para o qual peço o apoio dos senhores e das senhoras para que possamos incluir, então, nesse rol de profissões a categoria dos atuários. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 020/18.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Ilustre Ver.^a Mônica Leal, quero só parabenizar o Ver. João Bosco Vaz pela oportunidade de colocar os atuários com uma alínea na relação dos tributos que pagam ISSQN, realmente é um resgate dessa profissão, da qual também participo como contador e atuário, para que de fato seja destacada a profissão de atuário na nossa capital. Parabéns, Ver. João Bosco Vaz!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 020/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Mônica, senhoras e senhores vereadores, nossos participantes da tarde de hoje aí na nossa tribuna e plateia e a vocês, colegas atuários que estão conosco. Fui o relator-geral na Comissão de Finanças e Orçamento sobre o tema, quero dizer do nosso voto favorável, parecer favorável, até pelo que falou aqui o Ver. Bosco e o nosso, também contador, Nedel. E as profissões autônomas, normalmente de nível superior, têm um destaque especial, separado, estou dizendo, na nossa Lei nº 07/73. E eu sou contador e auditor fiscal de tributos, trabalhei na União, no Estado e no Município, conheço o assunto. E a questão no Brasil é que temos um retalho de quantidade de alíquotas que só poderiam trazer algumas injustiças e algumas diferenças sem sentido, e uma delas é deixa fora a categoria dos atuários no rol do artigo estabelecido no nosso Código Tributário Municipal que é a Lei Complementar nº 07/73. Portanto, para não me alongar mais, nós estamos repondo alguma coisa de justiça fiscal, que é um pleito que vem de longe. Queremos aproveitar a oportunidade para trazer um abraço a vocês e parabenizá-los pela luta. Tenho absoluta consciência de que temos toda a possibilidade, sim, de aprovarmos o projeto na tarde de hoje. Vamos votar sim ao nosso PLCL nº 020/18, de autoria do Ver. João Bosco Vaz. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 020/18.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sra. Presidente, Ver.^a Karen, vereadores, nós de origem, de formação de Ciências Contábeis da qual falou o Ferronato e o Nedel, na minha época nós também nos formávamos com essa prerrogativa, sendo que fui conselheira do Instituto de Contadores e Atuários do Rio Grande do Sul, mas naquela época, a profissão não tinha o destaque que tem hoje, que é uma das profissões que trabalho nas técnicas específicas de análise de riscos e expectativas na área de seguros, principalmente, e fundos de pensão. Então, nós dependemos desses profissionais para fazer essas avaliações, uma área bem específica que se desmembrou da área dos profissionais da contabilidade. Não poderia de deixar de encaminhar favoravelmente, dando destaque a essa profissão que, segundo pesquisas, é uma profissão de futuro ou do futuro. Então, era isso. Quero parabenizar o Ver. João Bosco Vaz pela apresentação do projeto e também pelas demais colocações de colegas de profissão daqui da Câmara. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 020/18.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu já declarei o voto da tribuna. Eu queria, com isso, economizar o tempo da discussão e do debate; como não logrei êxito, eu explicito melhor a minha posição, coisa que eu nem necessitava fazer porque os votos a gente assume e não se explicam. Eu já assumi o voto favorável. Aliás, o autor e o Ver. João Carlos Nedel, há mais tempo, me explicaram exatamente a situação e eu verifiquei - no meu entendimento, e aí eu divirjo dos demais - que existe uma omissão, está em branco, é preciso que as leis sejam muito claras e muito precisas. E o que hoje é subentendido, nós precisamos transformar em entendido, em claro, em preciso. E eu percebo que os pareceres foram unânimes nesse sentido. E, vejam bem que não houve, nem na Comissão de Finanças e Orçamento, tampouco na Comissão de Constituição e Justiça, sequer um voto contrário, o que explica, desde logo, que a Casa, pelos seus órgãos técnicos, pelas suas comissões temáticas, já aprovou por antecipação este projeto de lei. E, nessa linha, eu me somo.

Até, Ver. Nedel, eu acabo de fazer uma referência a V. Exa., que foi um dos meus professores ao esclarecer a diferença entre o atuário e outras profissões, o que ensinava algumas confusões, que agora são desfeitas. Pela clareza com que restará na lei, na medida em que a proposição do Ver. João Bosco Vaz objetiva exatamente clarear, evitar dúvida, esclarecer por inteiro uma situação que poderia ser um tanto quanto nebulosa e sujeita a interpretações diversificadas. Voto favoravelmente, como já

anunciei, não preciso mais fazer declaração de voto, porque a estou fazendo da tribuna, neste momento. Era isso, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger, o PLCL nº 020/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0245/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 115/19, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, que inclui inc. IV e parágrafo único no art. 2º da Lei nº 12.528, de 11 de abril de 2019 – que institui política de transparência na cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) no Município de Porto Alegre –, adicionando os valores estimados a serem cobrados nos 5 (cinco) exercícios subsequentes no rol de informações que a guia de arrecadação do IPTU deve conter.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Mendes Ribeiro: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 03-07-19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 115/19. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, senhoras e senhores, colegas, gostaria de pedir a compreensão de todos os colegas, pois foi aprovado na Casa o projeto da nova planta de valores do IPTU. O que estamos propondo é um projeto bastante simples que inclui um artigo na lei de transparência dos tributos municipais que já foi aprovada: estamos propondo que no boleto do IPTU, no final deste ano, seja impresso o valor projetado dos próximos cinco anos, para que as pessoas que vão ter seu imposto aumentado, saibam em quanto o terão a cada ano. Não há qualquer engessamento ou impossibilidade técnica a evitar a adoção do projeto. Não há engessamento porque o próprio projeto já diz o seguinte, que o valor pode ser indicativo, que do boleto pode constar a informação: “valor sujeito à alterações de correção monetária”, ou caso a Fazenda faça suas fiscalizações e encontre área

construída maior, poderá, obviamente, aumentar. Então não há um compromisso formal do Executivo de cobrar exatamente aquele valor porque o próprio boleto pode indicar que o valor pode ser alterado em determinadas circunstâncias. Segundo, não há qualquer ilegalidade, o projeto trata simplesmente da informação que é prestada pelo Município ao cidadão. Não há qualquer motivo legal para que esta Câmara denegue ao pagador de impostos a informação sobre o quanto deverá pagar. Já disse, nós votamos aqui a nova planta, o simulador, que voltaria logo em seguida, não voltou ao ar. Então, há muitas pessoas que precisarão adequar as suas vidas, as suas economias domésticas, e até negócios que precisarão adequar as suas despesas para fazer frente ao novo IPTU. Por fim, não há qualquer dificuldade técnica nesse cálculo. Tanto não há que o próprio governo, o próprio Executivo já nos trouxe, durante a discussão do projeto do IPTU, a média de quanto aumentaria em cada bairro. Ora, se eles sabem a média é porque eles têm os dados que compõem aquela média. Não posso crer que o governo tenha “chutado” uma média. Calculou-a a partir de dados concretos. Então, só o que o projeto diz é que nós demos transparência para a população sobre qual vai ser o real impacto do projeto do IPTU. Aliás, não é só para o projeto do IPTU, ela faz, porque não é só para essa planta, porque na lei que nós aprovamos diz que periodicamente o Executivo terá que rever planta de valores. Este projeto não é só para agora, ele diz que sempre o Executivo terá que prever, no boleto, as próximas cinco; ou seja, nas próximas revisões de planta, sempre que elas ocorrerem, também ficará o dever de informar ao cidadão a respeito dos impactos do que nós aprovamos nesta Casa. E aqui eu peço a compreensão, não há qualquer interesse de constranger quem quer que seja, os que aprovaram o projeto ou não aprovaram o projeto. O que há é o interesse de informar à cidadania a respeito do que foi aprovado na Casa. Nós e os vereadores que votaram favoravelmente, votaram com convicção, porque acreditam que nova planta expressa a justiça tributária nos dizeres, e aqui cito meu colega Moisés Barboza, meu amigo, que sustentou o que a nova planta expressava era a justiça tributária. Pois não há motivo, portanto, para esconder da sociedade o resultado desse projeto que foi aqui aprovado. Então, com todo respeito aos colegas que fizeram essa votação, que aprovaram o projeto, foi a maioria da Casa que falou, eu só peço dos colegas a compreensão de que estando aprovada, nós venhamos a fazer novas revisões de plantas no futuro. Que nós possamos permitir que as pessoas se organizem e se adequem à nova realidade legislativa, à nova planta de valores. Então eu peço, Ver. Mauro Pinheiro, em nome da transparência, este governo que criou uma Secretaria da Transparência em Porto Alegre, que tem como um de seus fundamentos a transparência, Ver. Mauro e Ver. Moisés – líder e vice-líder do governo –, que encaminhem favoravelmente, porque não há dificuldades técnicas, não há impossibilidades jurídicas, há, sim, um dever de transparência com os cidadãos que pagarão os impostos no Município de Porto Alegre. Eu tenho certeza que este governo não dirá à sua base que vote contra a transparência. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 115/19, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver.^a Mônica, nossa Presidente; demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste na TVCâmara, nas galerias da nossa Câmara Municipal de Porto Alegre; Ver. Ricardo Gomes, todos nós sempre lutamos pela transparência, e o seu projeto, no que diz respeito à transparência, é um bom projeto. Mas, infelizmente, votarei contrariamente, e peço o voto contrário dos vereadores, tendo em vista que tecnicamente este projeto tem dificuldades de ser levado adiante. Posso explicar para V. Exa., pela qual tenho a maior admiração e respeito pelo seu trabalho, sei que é um excelente advogado e conseguirá entender: nós temos dificuldades em fazer uma projeção de muitos anos pela frente, Ver. Mauro Zacher, porque nós sabemos que tem vários fatores que podem alterar o valor do IPTU de um ano para o outro, como, por exemplo, reajuste monetário. Nós teremos reajustes monetários ano a ano, nós podemos ter modificações na própria estrutura do imóvel, quando o imóvel é modificado, e também sabemos que podem ser feitas outras modificações do valor por fotografias aéreas, temos uma série de fatores, por exemplo, se uma pessoa se aposentar, pode ingressar com um pedido. Então, se fizermos uma previsão de um período longo, como V. Exa. pede – quatro ou cinco anos –, poderemos criar uma confusão jurídica na cabeça da pessoa; ela poderá dizer: “A previsão era tal, eu recebi um documento que dizia que o meu IPTU, daqui a tantos anos, seria ‘x’, mas, agora, o valor está diferente”. Nós teríamos uma confusão, além de jurídica, de projeção dessas pessoas. Além do mais, nós sabemos que é bastante complexo o projeto do IPTU para esse tipo de visão que V. Exa. quer. O projeto do IPTU é tão complexo que já foi aprovado nesta Casa e continua aqui dentro, ele não conseguiu sair ainda da Câmara de Vereadores, do Legislativo, por motivos da capacidade do Legislativo de completar a nossa redação final para ser autorizado pela Câmara de Vereadores, para que possa ir para a secretaria da Fazenda. Então, sequer o projeto do IPTU saiu desta Casa. Estamos aguardando, temos prazo para isso, a secretaria da Fazenda está aguardando para dar continuidade ao seu trabalho e ainda não recebeu. Esse é um dos motivos, Ver. Ricardo, pelos quais o simulador do valor do IPTU não está funcionando, porque o projeto sequer saiu da Câmara de Vereadores. O projeto de lei que foi aprovado na Câmara não chegou na secretaria da Fazenda, então não tem como fazer um simulador se eles não têm a lei aprovada na secretaria da Fazenda. Esse é um dos motivos pelos quais o simulador não está ainda em vigor. Assim que a lei aprovada na Câmara chegar ao Executivo, à secretaria da Fazenda, aí, sim, os técnicos vão poder dar continuidade a esse trabalho. Portanto, Ver. Ricardo, sempre trabalharemos pela transparência, mas, infelizmente, nós temos aqui uma dificuldade por poder criar uma questão jurídica complicada em cima deste projeto. Portanto, votarei contra este projeto, e o governo está pedindo aos vereadores que façam o mesmo. Neste momento, nós não teríamos condições de realizar essa lei caso fosse aprovada pela Câmara de Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 115/19.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezada Presidente, em nome da nossa bancada, a bancada do Partidos dos Trabalhadores, estou aqui para declarar o nosso apoio ao projeto apresentado. Não vamos entrar nos detalhes técnicos para tornar essa medida pública, mas, sim, na sua essência. A proposta nada mais é do que uma proposta de transparência nas contas que o cidadão vai pagar referente ao IPTU. O Ver. Ricardo Gomes escreve o seguinte: (Lê.) “Os valores estimados a serem cobrados para a referida inscrição imobiliária nos cinco exercícios subsequentes a fim de facilitar a programação orçamentária dos cidadãos”. Então, é uma medida muito simples, é uma medida de transparência sobre aquele compromisso que o cidadão vai ter nos próximos cinco anos ou até uma nova lei, para poder se programar. Aí, Ver. Mauro Pinheiro, o governo pode colocar aqui quantos elementos a mais ele quiser para divulgação. Se ele quiser explicar que o cidadão que construiu, aumentou a sua casa teve um aumento de 20% no IPTU devido ao aumento da área construída, é uma coisa; agora, que ele teve um aumento no IPTU referente à aplicação da lei, é outra coisa. Nesse sentido, nós entendemos que é uma emenda simples ao projeto de lei, é uma boa medida para dar transparência à cidadania. Aí, o que o governo apresentou, de uma maneira genérica, para nós e para a cidade? Um mapa que coloriu em cores distintas: aqui, no verde, não vai ter aumento. Isso é uma forma de comprovar, no momento em que o cidadão recebe o IPTU, vai dizer aumento zero nessas zonas verdes. Se saiu diferente, tem problemas de informações aí colocados. Então, nós, da bancada de oposição, nos aliamos à parte de base do governo para votar conjuntamente essa medida de transparência para os compromissos públicos da cidadania. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 115/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, eu venho encaminhar o projeto de autoria do Ver. Ricardo Gomes, que visa dar transparência a um projeto que mais de uma vez tentou ser aprovado, não conseguiu, foi à votação, que é o projeto de alteração da planta de valores do IPTU na nossa Porto Alegre. Nós, do Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL, e aqui eu represento a nossa bancada, o Ver. Marcelo Rocha e a Ver.^a Karen Santos, temos um compromisso, um compromisso com a transparência. Desde o início das atividades da nossa bancada nesta Casa Legislativa, nós sempre estivemos favoráveis e propondo projetos de lei, que dessem mais transparência à gestão pública, à prestação de contas e aos acordos firmados entre o Executivo e empresas parceiras, apoiadores. Transparência

deveria ser um rumo, um norteador para qualquer governo num processo democrático, numa cidade que governa para a municipalidade e não para grupos específicos. Com relação ao IPTU, desde o início das discussões nesta Casa Legislativa, a primeira vez que o prefeito Nelson Marchezan Júnior propôs este projeto aqui, eu me manifestei nesta tribuna, fazendo uma grande exigência: que a Prefeitura utilizasse os mesmos métodos que utilizou para questionar as isenções do transporte público desta cidade. Quando o prefeito assumiu, para quem não lembra, a Prefeitura colocou um simulador em atividade para mostrar ao cidadão desta cidade, o quanto se pagaria no transporte público, se a gratuidade dos idosos fosse retirada, se a gratuidade dos deficientes fosse retirada, qual peso teria no valor da passagem para o cidadão desta cidade, tentando colocar o usuário do transporte público, o pagante, contra os idosos, contra os deficientes, contra os estudantes. Para isso, o prefeito achou uma maravilha, a transparência, o esclarecimento! Achou maravilhoso, fez um simulador, e eu exigi que o mesmo simulador fosse feito para o Imposto Predial e Territorial Urbano, o IPTU. Aí não aceitaram! Mais tarde, o prefeito chamou todas as bancadas para reunirem-se no Paço Municipal, tentando explicar as suas razões e pedir apoio. Nós fomos lá, conversamos com o prefeito Nelson Marchezan Júnior, e mais uma vez eu fiz a exigência: tem que ter o simulador. O povo de Porto Alegre precisa saber o quanto vai sangrar o seu bolso com a aprovação desse projeto. Eu poderia apoiá-lo, desde que ficasse claro para o porto-alegrense. Como não ficou claro, não o apoiei. E detalhe: ele ainda deu uma engabelada na população desta cidade: colocou no ar um simulador e disse que ele não tinha efeito prático, não tinha efeito legal. Então, ele não servia para nada, ele não dava respaldo ao contribuinte na hora de garantir. O que o simulador trazia era o que será aplicado no imposto. Claramente, o simulador não servia para nada. Foi dessa forma que o prefeito tratou a questão da transparência na cobrança do IPTU.

O projeto do Ver. Ricardo Gomes tenta devolver um pouco o que nós, desde o início, pedimos: esclarecimento à população. O Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, disse que não tem aplicabilidade, porque existem outras nuances, outros índices que poderão crescer ou alterar esses valores. Sim, tem a inflação, ou seja, além do aumento de alíquota de 30% no primeiro ano, e 20%, 20%, 20% sucessivamente até termos 100% da atualização da planta, ainda pode ter a incidência da inflação do período. Se a Prefeitura se preocupa com isso, coloque-se: é 30% do valor, nos próximos anos é 20%, mais a inflação que tiver pela frente. Aí sim a população será esclarecida. Uma boa tarde a todos, esperamos dar um pouco mais de transparência a esta cidade, que é muito nebulosa nas suas contas. O cidadão precisa ser esclarecido. Uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 115/19.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Ver. Reginaldo Pujol presidindo os trabalhos; colegas vereadoras e vereadores; público que nos acompanha. Venho à tribuna porque quero cumprimentar o Ver. Ricardo Gomes por incluir essa informação nos futuros DOCs que serão emitidos, e que possibilitarão ao cidadão perceber o impacto que terá nos próximos anos. Nada mais justo do que estabelecermos mais transparência, e não será o prefeito Marchezan que irá tirar essa referência que a cidade construiu ao longo dos anos, uma cidade que foi reconhecida pelo Ministério Público Federal e pelo Tribunal de Contas como uma cidade de avanços em relação à transparência. Recordo que quando estávamos votando o projeto de aumento do IPTU – o secretário da Fazenda, Leonardo, nos acompanha aqui no plenário –, este vereador, por própria iniciativa, fez um simulador, o que, para minha alegria, forçou o Executivo a fazer também um simulador. O governo não queria fazer um simulador. Posteriormente, o fez. Posteriormente, votamos a atualização ou o aumento do IPTU sem a possibilidade de o cidadão ver o simulador. Não há nada mais importante num momento de crise, quando o País clama por investimentos, que o cidadão, o empresário ou o microempresário possam enxergar o que impacta fortemente nos seus custos, possam ter uma previsibilidade. Então, mesmo que o governo aponte aqui, tecnicamente, as suas dificuldades, o projeto que o Ver. Ricardo Gomes já estabelece isso, mesmo considerando que seria tecnicamente difícil ou impossível até, de colocar os possíveis reajustes que terão no futuro, pode estar previsto e muito bem claro isso no DOC. Mas o mais importante para o cidadão é saber, mesmo que para o governo Marchezan seja desgastante colocar essa informação no DOC às vésperas de um ano eleitoral, é a transparência, garantindo ao cidadão a informação do impacto que terá nos próximos cinco anos. Nós aprovamos aqui um gatilho de 25%, me corrijam se eu estiver errado, mas nós teremos, em alguns casos, aumentos superiores a 100%, como nós conseguimos prever e diagnosticar no simulador apresentado pela Prefeitura e no simulador que nós também fizemos. Nós fizemos esse debate ao longo da discussão da planta do IPTU, porque nada é mais justo e importante para o cidadão, o investidor, o comerciante que está com dificuldades ou que quer realmente se aventurar a assumir riscos e abrir um novo negócio, saber qual será o seu impacto. Nós estamos falando aqui em aumentos que poderão superar os 100%, senão não teríamos os gatilhos de 25% a cada ano. Nós sabemos o quanto pesa o IPTU, seja para o comerciante, para o empresário ou para o cidadão. Então eu quero aqui reafirmar que esta cidade construiu ao longo dos anos uma história com a transparência que nós legislamos, ser referência no País e ser sinônimo de muitos e muitos reconhecimentos de órgãos fiscalizadores, eu citei aqui dois, o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas do Estado, que sempre tiveram Porto Alegre como uma cidade que quis, que implementou, que traçou transparência como o sinal número um para a sua gestão pública. As dúvidas em relação às questões técnicas de aplicação trazidas no debate já estão descritas no projeto. Então eu quero aqui me somar e parabenizar o Ver. Ricardo Gomes que, corajosamente aqui, apresentou um projeto que garanta ao cidadão saber o quanto vai impactar na sua vida, no seu custo de vida, no seu comércio, nos seus negócios, nos próximos cinco anos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 115/19.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Pujol, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, o projeto do vereador e amigo Ricardo Gomes apresenta uma proposta sugerindo que venho uma ideia de transparência, que é muito interessante e positiva. Ouvindo as manifestações, eu ouvi de diversos vereadores, ou quase todos que aqui estiveram, que, na verdade isso é ótimo porque nós votamos contra o projeto. Eu votei a favor. E eu diria o seguinte, Ver. Moisés Barboza, que este projeto é positivo, muito mais positivo para quem votou a favor do projeto, porque centenas de milhares de porto-alegrenses receberiam a informação de que seu IPTU vai baixar. E para quem vai baixar? Para os mais pobres. Para quem vai aumentar 100%, aqui trazido pelo Ver. Prof. Alex Fraga, vereador do PSOL? Para aqueles imóveis de 5, 10, 12, 15 milhões que estavam avaliados por 300, 400, 500 milhões, salvo exceção, é assim. É bem comum com os recursos dos outros, quando é meu, é um pavor sem fim. Portanto, o projeto é bom para o prefeito e para nós se fosse aprovado. Voto contra, porque ele traz uma insegurança jurídica enorme. Como nós vamos dizer agora, o Executivo, a Fazenda, quanto o contribuinte vai pagar daqui a 5 anos? Acontece, Ver. Marcelo Sgarbossa, que a base de cálculo do IPTU é 1º de janeiro do ano seguinte. Quem é que vai me dizer que o imóvel avaliado por 5 hoje, vai ser avaliado por 5 daqui a 5 anos.

Só vou dar um exemplo – a lei é de minha autoria, das melhores leis que apresentei aqui –, a isenção do IPTU para inativo. Se o homem vai ficar inativo, o imóvel dele vai diminuir. Alguém que queira comprar hoje um imóvel de um futuro inativo de daqui a 3, 4 anos, não vai comprar. Ele vai dizer: meu querido e caro ilustre, teu IPTU vai aumentar tanto, muda a situação e muda a base de acordo com a situação que está lá adiante. O imóvel pode ser hoje residencial e, daqui a três anos, ser profissional. Vai aumentar o valor ainda mais; portanto é uma temeridade jurídica, sabe para quem? Para o pessoal da Fazenda, que deveria jurar em um papel sobre o valor do imóvel, que se o IPTU vale 10, daqui cinco anos, poderá valer 9, 10.5, 11 ou 12. E responsabilidade disso de quem é?

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Está falado. Eu conheço isso com profundidade. Não dá para aprovar um projeto desse – e sei do seu mérito – porque ele poderá trazer perdas ao próprio cidadão de Porto Alegre. Esta é a posição que eu tenho, respeitando posições contrárias com toda a clareza. Estou aqui para dizer que ganharíamos nós que votamos favoravelmente ao aumento, que nós seríamos os beneficiados, porque 300 mil pessoas... Opa, aqueles caras estão certos da cabeça, mas ele traz problemas quase insanáveis. Aquele abraço, obrigado. Voto contra!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 115/19.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Sr. Presidente, quero pedir, primeiro, licença aos senhores e senhoras vereadores e ao autor do projeto, Ver. Ricardo Gomes, autorização para rapidamente falar um pouquinho de um projeto que não é o que estamos encaminhando, que é o meu projeto que trata das emendas impositivas, o PELO nº 003/19, e pelo requerimento ele seria o próximo depois da Moção de autoria do Ver. Ferronato. Rapidamente queria dizer às senhoras e aos senhores que conversei com diversos colegas. Eu tenho o entendimento de que este projeto, do qual fui o primeiro signatário, mas teve 29 assinaturas, Ver. Prof. Alex, não é mais um projeto do qual eu seja o dono. Então quero dizer que fui aconselhado, e eu tenho dois ouvidos, escutei de muitos vereadores que haveria um constrangimento de votar esse projeto hoje por um pedido que o governo fez para que ele não fosse hoje votado. Eu não gosto de ser constrangido e não gosto de constranger. Portanto, eu não posso fazer aqui da tribuna, mas já vou pedir que ele seja o primeiro projeto da priorização de votação do dia 5 de agosto, que é a primeira sessão que terá Ordem do Dia. O requerimento não vale deste microfone, mas já quero deixar anunciado, porque quem avalia as coisas politicamente, Ver. Ricardo, precisa ter sensibilidade, precisa compreender – o que eu não tenho mais do que ninguém. Agora, na política, cada ação gera uma reação. Cada ação sempre gera uma reação. Quem tem ações, Ver. Reginaldo Pujol, sem medir as reações, pode não gostar do resultado depois das reações. Eu não sou de fazer ameaças – muito antes pelo contrário! Acho que esse projeto, Ver. Mauro Zacher, que nós não vamos mais tratar hoje, é um projeto do Parlamento. Então, não cabe mais a mim, a decisão de quando ele será tratado. Eu quero aprazar para o dia 5 de agosto, e lá todos aqueles que forem signatários, se entenderem que tem os 24 votos para aprovar o 2º turno, nós, então, votaremos.

Voltando para o projeto principal, desculpe, Presidente, de ter ocupado esses minutos iniciais tratando de outro projeto. O projeto do Ver. Ricardo, eu não me ative, Ver. Ricardo, na questão técnica como se ateu o Ver. Airto Ferronato. Eu quero dizer que eu não tenho problema nenhum com a publicidade. Eu não tenho problema nenhum em divulgar as informações. Nós votamos aqui e sabemos o que votamos. Eu votei com a minha consciência. Não pude analisar o projeto de forma aprofundada, Ver. Ricardo, para saber se tecnicamente é possível que ele seja cumprido. Agora, eu não tenho problema com a divulgação das informações daquilo que eu votei aqui, neste plenário.

Então, Ver. Ricardo, eu não sei se eu tenho condições de acompanhá-lo na votação, mas, talvez, V. Exa. possa ter a mesma sensibilidade, de repente, de repensar e jogar um pouco para frente este projeto para saber se é possível rerepresentá-lo ou ajustá-lo para que ele tenha tecnicamente as condições de divulgar as informações que V. Exa. está querendo que sejam divulgadas. Muito obrigado, um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da votação do PLL nº 115/19 por duas sessões, tendo em vista o apelo do colega na tribuna.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o PELO nº 003/19 seja o primeiro da ordem de priorização da próxima sessão ordinária após o recesso, dia 5 de agosto.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o Requerimento nº 059/19 seja matéria a ser apreciada na ordem de priorização de votação da sessão do dia 12 de agosto.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL: Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze vereadores presentes. Não há quórum.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL – às 17h31min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0230/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 004/19, que inclui o art. 2º-A à Lei nº 1.651, de 9 de outubro de 1956 – que dispõe

sobre doação realizada ao Sport Club Internacional, de Porto Alegre, para construção de uma praça de esportes – autorizando a realização de empreendimento imobiliário, e exclui o polígono a que se refere da Área de Interesse Institucional prevista no art. 4º da Lei Complementar 511, de 21 de dezembro de 2004.

PROC. Nº 0110/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/19, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao restaurante Chopp Stübel, em homenagem aos seus 50 anos.

PROC. Nº 0268/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 021/19, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Kennel Clube do Rio Grande do Sul.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1374/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 167/18, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que cria o Programa de Proteção de Animais de Rua e Abandonados e determina a concessão de desconto ou a isenção de tributos para o contribuinte que colaborar com o Município de Porto Alegre para a consecução desse Programa. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 0178/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 090/19, de autoria do Ver. Cláudio Conceição, que inclui a efeméride Dia Municipal do Amor Próprio no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 28 de fevereiro, e dá outras providências.

PROC. Nº 0330/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 007/19, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) até o valor de R\$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais), no âmbito do programa Avançar Cidades – Saneamento do Ministério do Desenvolvimento Regional.

PROC. Nº 0331/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 008/19, que autoriza o Executivo Municipal a contratar operação de crédito junto à União, por meio da Caixa Econômica Federal (CAIXA) até o valor de R\$ 61.540.483,00 (sessenta e um milhões quinhentos e quarenta mil quatrocentos e oitenta e três reais), para as operações de crédito do Programa de Atendimento Habitacional através do Setor Público (Pró-Moradia).

PROC. Nº 0332/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 009/19, que autoriza o Executivo Municipal a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) até o valor de R\$ 82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de reais).

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL: Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h32min.)

* * * * *